

Síntese de Mariologia

Pe. Jair Cardoso Alves Neto

“Quando chegou a plenitude dos tempos, mandou o seu Filho, nascido de mulher... para que recebêssemos a adoção de filhos” (Gl 4,4-5). Constantemente na história da salvação, Deus manifesta o seu amor de Pai junto a seu povo. O amor é revelado por meio de uma eleição: uma jovem é separada para que por meio dela o Filho de Deus pudesse assumir a humanidade decaída com o pecado. Assim como por meio de uma mulher (Eva), o pecado “entrou” no mundo, Deus separa uma mulher para que por meio dela chegue a Salvação: dá-se uma nova criação. Há um novo Adão e, do seu lado é tirada a mulher, a nova Eva; um novo povo é constituído.

Maria é a Mulher do sim. O sim dado ao Amor. A obediência dada por amor. A entrega dada no amor. Desta maneira, Maria tem uma grande importância na história da salvação e na vida de muitos cristãos e sua figura é tradicionalmente reconhecida na Igreja Católica.

5.1 MARIA NO NOVO TESTAMENTO

Certamente, a Virgem tem na Bíblia um lugar discreto. Ela aí é representada toda em função de Cristo e não por si mesma. Mas sua importância consiste na estreiteza de seus laços com Cristo.

Maria está presente em todos os momentos de importância fundamental na história da salvação: não somente no princípio (cf. Lc 1 – 2) e no fim (cf. Jo 19,27) da vida de Cristo, mistérios da Encarnação e da morte redentora, mas na inauguração de seu ministério (cf. Jo 2) e no nascimento da Igreja (cf. At 1,14). Presença discreta, na maior parte das vezes, silenciosa, animada pelo ideal de uma fé pura, e de um amor pronto a compreender e a servir aos desejos de Deus e dos homens (cf. Lc 1,38-39.46-56; Jo 2,3) (BOFF, 2004).

Esta presença revela seu sentido total, e com toda a Escritura se a recolocarmos nos grandes quadros e correntes da teologia bíblica onde eles se situam, Maria aparece no término da história do povo eleito como correspondente de Abraão: Ela se apossa, pela fé, da promessa que ele havia recebido na fé. Ela é o ponto culminante onde o povo eleito dá nascimento a seu Deus e se torna a Igreja. Se alargarmos a perspectiva da história de Israel à história cósmica, segundo as insinuações de João e de Lucas, se compreendermos que Cristo inaugura uma nova criação, Maria aparece no início da salvação, como restauração de Eva: Ela acolhe a promessa de vida onde a primeira mulher havia acolhido a palavra de morte e se torna perto da nova árvore da vida a mãe dos vivos (LAURENTIN, 1965).

5.1.1 Maria no Evangelho de Marcos

O Evangelho de Marcos se constitui em duas questões fundamentais: Quem é Jesus de Nazaré? Como ser discípulo de Jesus, o Cristo? Questões que Maria, mãe de Jesus, como todos de sua família e todos da comunidade cristã, inclusive Marcos buscam entender.

No Evangelho de Marcos a pessoa de Maria aparece em duas passagens: Mc 3,31-35 e Mc 6, 3-4. Nestes textos Maria é a mãe biológica de Jesus que busca entender o filho juntamente com seus familiares. A mulher maternalmente solícita pela sorte do filho. Mas, que também é

convocada a ser discípula na busca de compreender Jesus e sua missão e acolher sua proposta. Ela também podia estar entre os primeiros a nutrir preocupações ainda muito humanas pela missão e a obra de Jesus.

Marcos indica que a verdadeira família de Jesus não é a de ordem carnal e que a ela pertencem todos os filhos do Reino. Assim, Maria, Mãe de Jesus é fundamental testemunho dos verdadeiros laços que criam comunhão com Jesus. Depois de ter levado Jesus, seu filho no ventre, era preciso que ela o gerasse no coração, cumprindo a vontade de Deus (cf. Mc 3,35), que se manifestava naquilo que Jesus dizia e realizava. Neste sentido, a figura de Maria “mãe” se harmoniza e se completa com a figura da “discípula” (SERRA, 1995).

5.1.2 Maria no Evangelho de Mateus

No Evangelho de Mateus a pessoa de Maria aparece em dois momentos: nos relatos da infância (cf. Mt 1-2) e no ministério apostólico de Jesus (cf.Mt 12,46-50; 13,54-58). O primeiro é composto por relatos próprios de Mateus; o segundo está em dependência de Marcos, mas Mateus toma diante dele tal liberdade que é capaz de transformar seu sentido e seu ensinamento (ALVAREZ, 2005).

No Evangelho da Infância em Mateus, Jesus, como todos os meninos, não chega ao mundo sem um pai e uma mãe. Mateus fala de José, esposo de Maria (cf. Mt 1,16) e de Maria esposa de José (cf. Mt 1,24). Maria, por sua vez não tem existência sem José, do qual é esposa, e sem Jesus, do qual é mãe. Maria é aquela que gera e é mãe, ao passo que José é somente o pai legal.

Mt 1,3 fala sobre a concepção de Jesus, diz que esta se realizou “*para que se cumpra o oráculo do Senhor, por meio do profeta [...]*” e cita Is7, 14, aplicando a Jesus a realidade do “Emanuel” e a Maria a de “virgem”. (Mateus quando) Ao falar do nascimento de Jesus, Mateus recorrendo ao texto de Isaías, não somente assume a interpretação dos LXX, mas ele mesmo interpreta teologicamente esse nascimento: Jesus é o Emmanuel e nasce de Maria Virgem. Neles dois se realiza plenamente o oráculo do profeta: Jesus é o Messias, e Maria é a Mãe-Virgem e, este fato maravilhoso somente pode ser entendido como a obra do Espírito Santo (ALVAREZ, 2005).

A união de Maria com seu Filho é, então, íntima, total e permanente. Desde a concepção virginal, Maria está expressamente unida a Jesus e é inseparável dele. Por isso, os escritores eclesiais aprofundam nesta realidade, dizendo que não podemos entender Jesus sem Maria e entender Maria sem Jesus.

Podemos notar, finalmente, como que um contraste nas expressões de Mateus: Enquanto Jesus é o Emmanuel de Deus, Deus – conosco, Maria é a Mãe que está sempre junto do seu Filho. Ela é a resposta permanente à presença sempre atual do Senhor na história.

Quanto ao ser discípulos de Jesus significa cumprir a vontade do Pai no céu, realizar seu plano. Para Mateus, o discípulo integra, então, a escuta da Palavra e sua ação (cf. Mt 5,19;Mt7,24-25), o estar junto de Jesus e sob a sua proteção (cf. Mt 12,49-50). E Maria,

com perfeita discípula e “família dele” em um nível muito mais forte e firme do que o dos laços físicos de geração (ALVAREZ, 2005).

Portanto, o Evangelho de Mateus nos fala que Maria está intimamente ligada ao seu Filho Jesus Cristo, desde antes do nascimento e, uma vez nascido para o mundo, está unida a ele nos momentos fundamentais de sua vida e de seu ministério. Assim, Maria aparece, mesmo sem palavras, como testemunha da graça abundante de Deus para seu povo, mas também como mãe que cuida e acompanha o Filho de suas entranhas (ALVAREZ, 2005).

5.1.3 Maria no Evangelho de Lucas

De todos os Evangelhos, Lucas é o que mais nos fala de Maria. Primeiramente nos relatos da infância, onde ela tem um papel mais ativo do que o que vimos em Mateus; em seguida, no marco da atividade apostólica de Jesus, com quatro textos, dois dos quais coincidem com as tradições de Marcos e de Mateus (cf. Lc 4,16-30 e 8,19-21) e outros dois que pertencem à tradição própria de Lucas (cf. Lc 3,23 e 11,27-28); por último, no começo dos Atos dos Apóstolos, quando se inicia a história da Igreja (cf. At 1,14) (ALVAREZ, 2005).

A primeira coisa que temos de afirmar, ao entrar na análise dos textos lucanos sobre Maria, dentro do chamado Evangelho da infância (Lc1-2), é que os textos são fundamentalmente cristológicos e mariológicos. Maria não tem uma identidade e uma vocação própria, mas dentro e a serviço da cristologia. Ela é tudo para Jesus e se transforma e se enriquece plenamente por e para Jesus. Para isto, temos alguns títulos que ilustram esta tão grandiosa discípula: Filha de Sião, Virgem e Mãe, Cheia de Graça, Morada de Deus, Cheia do Espírito, Serva e mulher de fé e Portadora da santa presença. Temos também textos bíblicos que falam da sua experiência como Mãe do Salvador: Lc1, 26-28 (o anúncio do Anjo); Lc1-39-45 (a visita a Isabel); Lc1, 46-55 (o cântico da libertação). Assim sendo, Maria surge em Lucas como a primeira mensageira do Evangelho de Deus: leva a Notícia da paz, da felicidade e da salvação, desde a Galiléia até a região de Judá. Mas Maria é a primeira mulher que acolhe o Evangelho e o comunica a seus irmãos, trazendo-lhes o gozo escatológico, quer dizer, a alegria e a segurança da salvação definitiva (cf. Lc 1,44) (ALVAREZ, 2005).

Em Lucas percebemos a participação e a cooperação de Maria no plano da salvação, desde a anunciação até o início da Igreja: *“todos estes unânimes, perseveravam na oração com algumas mulheres, entre as quais Maria, a mãe de Jesus, e com seus irmãos”* (At 1,14) (ALVAREZ, 2005).

Portanto, no Evangelho de Lucas vimos que Maria é apresentada como a Mãe do Salvador e esta em Atos exerce a função de Mãe da comunidade, pois, ela se encontra reunida com esta comunidade nascente para receber em oração a Promessa do Espírito; com esta comunidade reunida com os seus para orar e esperar de seu Filho o presente dos tempos novos. É, finalmente, irmã na comunidade e discípula do Senhor exaltada, que permanece em Jerusalém em cumprimento da Palavra do Mestre (cf. At 1,5-8) (ALVAREZ, 2005).

5.1.4 Maria no Evangelho de João

O quarto Evangelho oferece-nos a história de Cristo, num esforço de “memória viva” que parte da fé pascal (cf. Jo 2,17.22;12,16;13,7;20,9) e é realizada por obra do Espírito, o Paráclito, que é testemunha fiel e o hermeneuta qualificado da vida e da obra do Cristo

joânico (cf. Jo 14,15-17;15,26;16,7-11.13.15). O quarto Evangelho é do final do século I e expressa a situação de duas igrejas, primeiro na Síria e depois na Ásia Menor (ALVAREZ, 2005).

A figura de Maria aparece no quarto Evangelho em duas ocasiões, no começo e no final do Evangelho. Em ambas, Maria é chamada "a Mãe de Jesus" (cf. Jo 2,1.3.5;19,26), e em ambas a palavra do Mestre vai dirigida a ela com o nome de "mulher" (cf. 2,3;19,26), mas nunca aparece o nome próprio de Maria. No Evangelho de João Maria é chamada por dois nomes: "Mãe de Jesus" e "Mulher". Enquanto a expressão "Mãe de Jesus" é um título que contrasta com a outra afirmação, "filho de José", o termo "mulher" é comum em Jesus para dirigir-se às mulheres (cf. Mt15, 28; Lc13, 12; Jo4, 21; 8,10; 20,13). Contudo aqui, dito à sua Mãe tem uma conotação especial: o termo "mulher" dirigido por Jesus é um termo joânico que aparece em duas ocasiões (em Caná e na cruz) e forma uma espécie de inclusão. A mulher está presente no começo e no fim da vida pública, no momento em que o Messias inicia suas obras e na hora da morte, quando consuma sua obra (ALVAREZ, 2005).

Maria aparece no Evangelho de João, sobretudo em 2,1-12 como intercessora e evangelizadora. Como intercessora Maria apresenta simplesmente a Jesus, a necessidade dos que participam da festa de bodas: "*Não há mais vinho*" (Jo 2,3). Já como evangelizadora, a segunda palavra de Maria que encontramos no quarto Evangelho é significativa não só pelo que diz, mas também por aqueles aos quais a diz: "*Fazei o que ele disser*" (Jo 2,5) (ALVAREZ, 2005).

Se em Caná, Jesus lhe disse que ainda não havia chegado sua "Hora" e iniciou seus sinais, aqui, na cruz, na Hora da Páscoa, Jesus realiza seu último e definitivo sinal da salvação, a morte por todos e a entrega do Espírito (cf. Jo 19,30). Assim, Maria é chamada novamente com dois títulos de Caná: a Mãe de Jesus e a Mulher. Maria também é a testemunha por excelência da Páscoa de Jesus diante da comunidade (cf. Jo 19,35; 21, 24). E esta comunidade, ao entender o gesto de seu Senhor, a recebe entre seus bens mais preciosos: Maria passa a ser um bem precioso com que Jesus Cristo presenteia a Comunidade, um dom da Páscoa de inapreciável valor; mas também a Mãe de todos acolhida como tal (ALVAREZ, 2005).

A visão do quarto Evangelho é nitidamente teológica contribui para realçar o papel de Maria no mistério de Jesus. Assim, o Evangelho de João articula os três elementos, Maria – Mãe de Jesus, Maria – Mulher e Maria – Mãe dos discípulos, segundo uma graduação teológica: partindo de Maria – Mãe de Jesus para chegar a Maria – Mãe dos discípulos, com uma maternidade nova.

5.2 OS DOGMAS MARIANOS

Os quatro dogmas marianos: "Maternidade Divina" = "Mãe de Deus" (Theotókos), e "Maria Virgem" = Virgindade, são antigos e estão estreitamente ligados entre si e inseparáveis da fé em Jesus Cristo e a sua formulação histórico- dogmática. Os dogmas da "Imaculada Conceição" e "Assunção de Maria" são mais recentes e estão baseados na dignidade e no significado de Maria Virgem e Mãe de Deus.

5.2.1 A Maternidade Divina e Virginal

Julga-se que o título *Theotókos*, Mãe de Deus, aparece pela primeira vez, na literatura cristã, nos escritos de Orígenes (+250). Foi solenemente proclamado pelo Concílio de Éfeso (431) (BETTENCOURT, 2004).

Em que sentido Maria é a Mãe de Deus? Toda mãe é mãe de uma pessoa. A Pessoa que nasce de Maria é a segunda Pessoa da Santíssima Trindade, que dela assumiu a carne humana. Maria, porém, não é mãe apenas da carne humana, mas de toda a realidade do seu Filho, o Verbo encarnado. Daí dizer-se que Maria é Mãe de Deus, mas enquanto Deus feito homem.

Deus escolheu Maria, por benevolência ou gratuidade, para ser Mãe Santa. Portanto, encheu-a de graça. Maria correspondeu fielmente ao dom de Deus, dizendo-se e fazendo-se a serva do Senhor (cf. Lc 1,38. 44). Maria foi escolhida como filha de Sião ou como membro de um povo chamado a gerar o Messias. Isto quer dizer que o *Sim* de Maria é o *Sim* de uma coletividade; é o *Sim* de todo o gênero humano, chamado a se prolongar na Igreja através dos séculos (BETTENCOURT, 2004).

Maria concebeu o Filho de Deus de maneira livre e generosa. Para isto, devia ter certo conhecimento do dom e da missão que lhe eram propostos (não se tratava de conhecimento pleno; cf. Lc 2,50). Maria é privilegiada, mas ela se intitula "*servidora de Deus e dos homens*" (cf. Lc 2,38. 48). O próprio Jesus ensinou que "*o maior deve ser como aquele que serve*" (cf. Lc 22,26; Jo 12,13-15).

Desde remota época a Igreja professa que Maria é sempre virgem (no sentido físico). Esta verdade pertence ao patrimônio da fé, como declarou, em conformidade com a Tradição, o Papa Paulo V (aos 7/08/1555): "*A bem-aventurada Virgem Maria foi verdadeira Mãe de Deus, e guardou sempre íntegra a virgindade, antes do parto, no parto e constantemente depois do parto*" (DS 1880 [993]).

A doutrina da concepção virginal de Maria começa a ter sentido quando abordada de modo contemplativo no contexto da encarnação. As narrativas da infância de Mateus e Lucas são as únicas fontes que falam da concepção virginal de Jesus. Elas testemunham que Maria concebeu Jesus pelo poder da sombra do Espírito Santo sem intervenção masculina (cf. Lc 1,26-38; Mt 1,18-25). Os dois autores estão indicando o interesse na concepção virginal como sinal de escolha e graça divinas. A descrição extraordinária do nascimento de Jesus entra no discernimento cristológico de que Jesus é Filho de Deus, o Messias, desde o nascimento.

Assim, a doutrina da virgindade de Maria é indicativo das origens de Jesus no mistério de Deus que não se explicita apenas por ascendência humana, mas pela iniciativa criadora de Deus. Maria é virgem e mãe. Maria Virgem porque se guardou íntegra para Deus. Virgem por guardar íntegra a Palavra de Deus: "Faça-se em mim...". Por isso é também a "*sempre virgem Maria*": *avançou íntegra na "penumbra da não-visão"; avançou em "peregrinação de fé"* (LG 58).

5.2.3 Imaculada Conceição

O dogma da Imaculada Conceição significa que, no primeiro instante de sua concepção, a Bem-aventurada Virgem Maria foi, por graça e privilégio singulares de Deus onipotente e em

vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, preservada de toda mancha da culpa original (DS 2803 [1641]).

Esta verdade, solenemente definida por Pio IX em 08/12/1854, foi aos poucos aflorando à consciência da Igreja. Durante muito tempo, os teólogos perguntavam como poderia Maria ter sido salva por Jesus Cristo se nunca tivesse pecado. Finalmente, João Duns Scoto, O.F.M. (+1308) propôs a fórmula decisiva: “pertence à perfeição do Redentor não somente purificar do pecado, mas preservar do pecado a mais diletta dentre as criaturas” (BETTENCOURT, 2004, p.06).

Maria, portanto, foi isenta do pecado original em previsão dos méritos de Cristo; assim, ela foi remida de maneira mais perfeita do que as outras criaturas.

Maria nunca contraiu pecado pessoal, nem a mais leve culpa. A razão pela qual o Senhor Deus quis outorgar tal privilégio a Maria, se deriva da graça da maternidade divina: não convinha que aquela mulher chamada a ser tabernáculo do Altíssimo ou Mãe de Deus feito homem estivesse, por um momento sequer, sujeita ao domínio do pecado e de Satanás. O anjo declarou Maria “cheia de graça” (Lc 1,26) – o que sugere que desde o início da sua existência ela gozou da plenitude do favor divino.

A riqueza de graças em Maria não impediu que ela vivesse de fé e de esperança, em meio a lutas e dores. A sua fé inspirou-lhe a obediência incondicional a Deus, que lhe pedia cada vez mais generosa. Maria não compreendeu desde o início a grandeza da obra que Deus nela realizaria; também se sentiu perplexa, mais de uma vez, diante do procedimento de seu Filho (cf. Lc 2,49s), mas abandonou-se a Deus sem reservas.

5.2.4 Assunção de Maria

Desde remota época (séculos IV e V), os autores cristãos julgaram que Maria teve um fim de vida terrestre singular; em seus sermões e em escritos apócrifos, professaram a glorificação corporal de Maria, logo após a sua morte na terra. Esta crença foi-se transmitindo até que o Papa Pio XII em 1950 houve por bem proclamá-la solenemente como dogma de fé (FIORES, 1995).

Com efeito, Maria, que não esteve sujeita ao império do pecado para poder ser a santa Mãe de Deus, não podia ficar sob o domínio da morte que entrou no mundo através do pecado (cf. Rm 5,12). Por isto, não conheceu a deterioração da sepultura, mas foi glorificada não somente em sua alma, mas também em seu corpo (FORTE, 1985).

A carne da mãe e a carne do filho são uma só carne. Por isto, a carne de Maria devia tocar a mesma sorte que tocou a carne de Jesus: ambas foram glorificadas no fim desta caminhada terrestre. Existe uma tendência a empalidecer o significado da glorificação corporal de Maria mediante a tese da ressurreição de todo indivíduo logo após a morte: o caso de Maria seria um entre outros pares (BETTENCOURT, 2004).

A Assunção da Virgem Maria é uma participação singular na Ressurreição de seu Filho e uma antecipação da ressurreição dos outros cristãos (CIC 966).

5.3 MARIA NOS DOCUMENTOS DO VATICANO II: LUMEN GENTIUM E MARIALIS CULTUS

A figura de Maria foi de suma importância para o Vaticano II: o Papa João XXIII abriu o Concílio na festa da Maternidade Divina de Maria (11 de outubro de 1962) e o Papa Paulo VI o concluiu na vigília da Imaculada Conceição (07 de dezembro de 1965). O Concílio, todavia, abre perspectivas de um novo tempo, nos deixando o “Capítulo VIII” da Lumen Gentium. Depois do Concílio Vaticano II, temos a exortação de Paulo VI (02 de fevereiro de 1974) (FURLANI, 2005).

5.3.1 Maria no Capítulo VIII da Lumen Gentium

O capítulo VIII da Lumen Gentium integra o mistério da Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja. Este documento dá destaque à fundamentação bíblica e tradicional da doutrina mariana, levando em conta a exegese recente, os Padres da Igreja e dos teólogos posteriores.

No seu conteúdo, representa a doutrina clássica em termos modernos: Maria, a Mãe de Deus e tipo de Igreja é vista como pessoa que se oferece livre e conscientemente à graça de Deus.

A devoção aparece como incentivo para a fé e amor de Jesus. E favorece ao diálogo ecumênico, assumido no Concílio. O Papa Paulo VI na promulgação da Constituição Lumen Gentium, terminou sua alocução proclamando Maria Mãe da Igreja, título que não aparece no documento conciliar, mas foi acrescentado às “Ladainhas lauretanas” (FIORES, 1995).

5.3.2 Marialis Cultus

A Exortação Apostólica do Papa Paulo VI (02/02/ 1974), parte da renovação litúrgica, decidida pelo Concílio Vaticano II, para explicar o lugar de Maria no ciclo geral e o sentido das festas propriamente marianas (FIORES, 1995).

A Exortação segue o que orienta o Concílio: [...] promovam generosamente o culto, sobretudo o litúrgico, para com a Bem-Aventurada Virgem Maria; dêem grande valor às práticas e aos exercícios de piedade recomendados pelo magistério [...] (LG 67). Neste ensinamento, Paulo VI articula a questão da cultura e da inculturação do culto devido a Maria, como a Mulher que soube viver no seu contexto e inserir-se no mistério de Cristo, porque foi uma mulher que acreditou naquilo que o Senhor lhe disse.

A Exortação especifica as características e evidencia elementos teológicos e espirituais do culto e de uma devoção mariana para o nosso tempo. Portanto, no seu conteúdo doutrinal, o mistério de Maria deve ser compreendido como um mistério trinitário, cristológico, pneumatológico e eclesial; em relação à devoção mariana deverá seguir quatro orientações: “bíblica, litúrgica, ecumênica e antropológica, para tornar mais vivo e mais inteligível o vínculo que nos une a mãe de Cristo e mãe nossa na comunhão dos santos” (MC 29).

O cunho bíblico em toda forma de culto é princípio e fato reconhecido pela piedade cristã e também pela piedade mariana. O conteúdo bíblico, portanto é referencial para alimentar o amor para com Maria e o culto que a ela se presta (MC 30).

Na característica antropológica, mostra que o mundo moderno requer uma nova imagem de Maria. Os cristãos devem fazer ver em Maria o modelo de pessoa humana, da mulher responsável e co-responsável, em conformidade com a realidade bíblica e levando em conta as exigências do fenômeno da libertação da mulher e do reconhecimento dos seus direitos na sociedade moderna (MC 35).

Na questão do ecumenismo a *Marialis Cultos* orienta que se mantenham os sentimentos de unidade de todos os cristãos pois: “[...] *todos aqueles que confessam abertamente que o filho de Maria é o Filho de Deus e Senhor nosso, Salvador e único Mediador* (cf. 11Tm 2,5), são chamados a serem uma só coisa entre si, com Ele e com o Pai, na unidade do espírito Santo” (MC 32).

O lugar de Maria na liturgia se insere na celebração da obra salvífica do Pai: o Mistério de Cristo. Neste mistério inseriu-se a memória de Maria como Mãe de Cristo, celebrando-se de forma explícita a íntima ligação que a Mãe tem com o Filho de Deus (MC 3-4). Na celebração dos eventos dos mistérios da salvação, Maria aparece associada ao Filho em primeiro lugar na Celebração Eucarística, quando se invoca a memória da “sempre Virgem Maria, Mãe de Deus e Senhor Jesus Cristo” (Oração Eucarística I) e as memórias incorporadas pela liturgia da Igreja e aquelas que nascem da experiência de fé das comunidades cristãs. Da tradição perene e viva da fé da Igreja colhem-se as mais significativas expressões da piedade e devoção marianas (MC 9-15).

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Carlos G. ***Maria Discípula e Mensageira do Evangelho***. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção do Celam).

BETTENCOURT, Estevão Tavares. *Escola "Mater Ecclesiae": curso de iniciação teológica por correspondência*. – Rio de Janeiro.

DENZIGER, Hünermann. ***Compêndio dos Símbolos, definições e declarações de fé e moral***. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007.

FORTE, Bruno. ***Maria, a mulher ícone do Mistério***. São Paulo, Paulinas, 1985.

FURLANI, Maria Aparecida. ***Apostila de Mariologia: "ad usum studentium"***.- Várzea Grande, MT, 2006.

Lumen Gentium. In: Documentos do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 1997.

PAULO VI, Papa. ***Marialis Cultus***. In Documentos de Paulo VI. São Paulo: Paulus, 1997.